



NOTA EDITORIAL

Caros(as) leitores(as),

É com satisfação que a equipe editorial da Revista Jurídica da Ufersa apresenta aos leitores seu novo número, inaugurando o Volume 8, n. 15 (jan./jun.), 2024. Desde 2017, quando a Rejur Ufersa foi lançada, conseguimos alcançar uma trajetória que nos orgulha. O saldo não é só positivo por ter publicado mais de uma centena de pesquisas, que são citadas pelos pares em diversos periódicos nacionais e internacionais; é motivo de destaque também por contribuir ser um marco significativo no processo de consolidação do ensino jurídico no interior do semiárido brasileiro.

Parte deste sucesso envolve a confiança depositada pelos autores e pelas autoras, pelo hercúleo trabalho realizado por pareceristas em quase 80% de todo artigo publicado no periódico, que desenvolvem um trabalho voluntário que nos inspira. Esse trabalho coletivo atingiu novos parâmetros dentro da Avaliação Qualis Periódicos da CAPES (2017-2020), com o indicador Qualis A4 para o periódico. Qualitativamente, nosso periódico teve uma circulação mais ampla com novas indexações em bases de dados nacionais e internacionais. Em 2024, a Rejur Ufersa também foi incorporada na base do Portal de Periódicos da CAPES, ampliando nossa presença nacional ao alcance de um clique.

Neste número, a Rejur apresenta para os leitores duas contribuições internacionais (Itália), traduzidas para a língua portuguesa: a primeira, de autoria do Prof. Dr. Bernardo Sordi, da Universidade de Firenze, com o texto “Interseções, modernizações, tradicionalismos (e derivas autoritárias) no Direito Administrativo no período entreguerras”. O texto foi traduzido pelo Prof. Dr. Raphael de Paula Peixoto Marques, do PPGD-Ufersa. O segundo texto é de autoria do Prof. Dr. Pier Luigi Petrillo, da Universidade de Roma Unitelma Sapienza, com “Patrimônio cultural imaterial, identidade nacional e direitos humanos fundamentais. O papel da Convenção da UNESCO de 2003 em uma perspectiva comparada”. Este texto foi traduzido pelos Professores Francisco Humberto Cunha Filho (UNIFOR), Rodrigo Vieira Costa (PPGD-Ufersa) e Thiago Burckhart (Universidade de Roma Unitelma Sapienza).

Da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Estadual do Norte do Paraná-UENP, os autores Beatriz Tavares dos Santos, Jairo Lima e Leonardo Paschoalini Paiva, apresentam os resultados da pesquisa “Metodologia comparativa-culturalista em direito constitucional: modelos de abordagem com México e Colômbia”. Na sequência, Alexandre Saldanha, da Universidade de Pernambuco, discute “Piratária digital e função social dos Direitos Autorais na hiperconectividade”.

Da Universidade Católica de Salvador (Bahia), Jessica Hinda Ribeiro Costa e Luís Henrique de Menezes Acioly, expõem a pesquisa “O regime de responsabilidade civil na LGPD e a cláusula geral de imputação objetiva: o diálogo de fontes como padrão interpretativo”. A pesquisa “Medicamentos Off Label e a responsabilidade médica”, é compartilhada por Versalhes Enos Nu-

nes Ferreira, Pastora do Socorro Teixeira Leal e José Brasil Freire Júnior, respectivamente, da Universidade Federal do Pará e da Universidade da Amazônia (UNAMA).

Da Universidade Federal de Jataí (UFJ, Goiás), Felipe de Oliveira Cintra Farias e Hugo Luís Pena Ferreira discutem “How much for human dignity? A Kant-Maslow compared approach to the basic conditions of life”. Do Rio Grande do Norte, os pesquisadores da UFRN e UERN, Maria Teresa Nobre, Pedro Levi Lima Oliveira e Mariana Maia de Medeiros, contribuem com esse número ao apresentar o texto “Direitos Humanos, migração e situação de rua: os Warao em Natal/RN”, sobre a questão dos indígenas venezuelanos no território potiguar.

Da Universidade Estadual Paulista – UNESP, os pesquisadores Ana Paula Bagaiole Moraes Barbosa, Luciana Lopes Canavez e Fábio Garcia Leal Ferraz discutem no artigo a “Análise de políticas públicas em Direito: projetos pedagógicos das Faculdades em Franca/SP”. A próxima contribuição é de pesquisadores do PPGD-UFERSA, Brena Christina Fernandes dos Santos e Ulisses Levy Silvério dos Reis, com “A interferência do Orçamento Secreto na execução de políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Regional (2020-2022)”.

Da Universidade Federal da Paraíba, os pesquisadores Guilherme Marinho de Araújo Mendes, Claudyvan José dos Santos Nascimento Silva e Ana Paula Basso, dialogam com “Redes Sociais no Debate Político: o Projeto de Lei n. 2.630/2020 como combate às Fake News”. De Goiás, Maiume Suzuê Coelho e Ycarim Melgaço Barbosa, da PUC-GO, problematizam “A vulnerabilidade do direito à moradia e o Poder Judiciário: o caso de Goiânia”.

A penúltima contribuição vem do Estado do Ceará, com a pesquisadora da UFC Clara de Oliveira Adão, com o tema “Decolonialidade ambiental para a conservação da sociobiodiversidade”. Encerrando o número, a professora Gabriela de Souza Moura (UFMG) e os professores Alexandre Gustavo Melo de Franco Moraes Bahia (UFOP) e Luiz Carlos Garcia (UFT), discutem “Feminismo crítico: interseccionalidade como ferramenta para “lugar de fala” ou “esfera pública”?”.

Como se pode observar, essa edição articula uma multiplicidade de autores e autoras dos mais variados Estados e Instituições brasileiras. Espera-se que as pesquisas publicadas possam impactar no debate jurídico nacional.

Por fim, registramos os agradecimentos a Marcelo Lauar, Felipe Mariz, autores, autoras e pareceristas que confiaram no nosso trabalho editorial. A Rejur UFRSA é um projeto coletivo que cresceu no cenário nacional. Vida longa à Rejur UFRSA.

Sem mais, desejamos uma excelente leitura!

PROF. DR. RAFAEL LAMERA GIESTA CABRAL
EDITOR-CHEFE | MARÇO 2024